

## PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ - RN

**Estudo Técnico Preliminar 10/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08119.001008/2025-34

**2. Descrição da necessidade****SERVIÇO DE COPEIRAGEM PFMOS 2025**

(COPEIRO(A))

2.1. Trata-se de instrução processual que visa nova contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Copeiragem (copeiro), para atender a demanda da Penitenciária Federal em Mossoró/RN.

2.2. A Penitenciária Federal em Mossoró/RN necessita assegurar a continuidade da prestação de serviços continuados de Copeiragem (copeiro), com fornecimento de mão de obra e insumos, pois este serviço é imprescindível tendo em vista a necessidade efetiva de proporcionar o bem-estar dos servidores, prestadores de serviços, advogados, visitantes e demais pessoas que frequentam a unidade prisional, contribuindo para que as instalações da copa estejam em perfeitas condições de higiene e zelo do patrimônio público.

2.3. Desta forma, visando evitar que ocorra a descontinuidade dos serviços visto que o atual contrato de Copeiragem - Contrato N° 01/2024 - expirar-se-á em 11/01/2026 (08019.002551/2023-15), sendo necessária a antecipação dos procedimentos relativos a fase interna da licitação reduzindo riscos aos serviços públicos.

2.3.1. Outrossim, vislumbra-se a necessidade de adequação do atual contrato à luz da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI N° 190, DE 2024, a qual trata da REDUÇÃO DE JORNADA DE 44 HORAS PARA 40 HORAS SEMANAIS para os cargos elencados em seu Anexo I (Relação de Serviços atualizada - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI N° 381, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025), in verbis: "(...) Art. 2° Fica estabelecida a redução de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais para os contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços indicados no Anexo I desta Instrução Normativa, conforme disposto no art. 4° do Decreto n° 12.174, de 11 de setembro de 2024." "ANEXO (atualizado - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI N° 381, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025): Relação de Serviços Contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com redução de jornada para 40 horas semanais - 7 - Copeiros e Garçons"

2.4. A Secretaria Nacional de Políticas Penais, tem em seu quadro apenas Policiais Penais Federais, Especialistas em Assistência Penitenciária e Técnicos em Apoio à Assistência Penitenciária. O serviço terceirizados demandado destinam-se à realização de atividades necessária ao bom funcionamento da Penitenciária Federal em Mossoró/RN e não inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

2.5. Os serviços a serem contratados podem ser caracterizados como continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com a Instrução Normativa n° 05/2017/SEGES /MPDG, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.6. O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum assim como dispõe o inciso XXIII, alínea "a", do artigo 6° da Lei n° 14.133/2021, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico e por meio de especificações usuais do mercado. De acordo com a Lei:

*Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*(...)*

*XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

2.7. Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei n.º 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório será realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

- 2.8. A contratação em tela está pautada na necessidade da Penitenciária Federal em Mossoró/RN em dispor de profissional que execute atividades acessórias e complementares às atividades desempenhadas pelo servidores do quadro do SENAPPEN, necessárias ao bom desempenho da sua atividade fim.
- 2.9. O prazo de vigência da contratação poderá ser de 5 anos, prorrogáveis, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Divisão Administrativa - Penitenciária Federal em Mossoró/RN	Andrei Ricardo Morais Ávila
Requisitante - Penitenciária Federal em Mossoró/RN	Erbson Eider Santos Simeão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos da Contratação

- 4.1.1. A contratação se trata de um serviço continuado de dedicação exclusiva de mão de obra, pois tem caráter essencial e permanente e sua prestação necessita de funcionários alocados dentro das Penitenciárias Federais em período comercial.
- 4.1.2. Será de responsabilidade da contratada a seleção de profissionais treinados e capacitados para o desenvolvimento das atividades, de forma a garantir a efetividade do trabalho, a integridade das pessoas, do ambiente e dos equipamentos.
- 4.1.3. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações legais, inclusive as estabelecidas pela legislação trabalhista, por convenções coletivas de trabalho e outros, não imputando à Secretaria Nacional de Políticas Penais qualquer responsabilidade sobre seus empregados.
- 4.1.4. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissional pertencente à categoria de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 4.1.5. A prestação do serviço será realizada nas dependências da **Penitenciária Federal em Mossoró/RN**, localizada RN 015, km12, Rodovia Mossoró /Baraúnas- Mossoró/RN. CEP: 59600-970.
- 4.1.6. A Contratada deverá realizar programa de treinamento contendo no mínimo os seguintes conteúdos:
- 4.1.6.1. Ética profissional, sigilo, responsabilidade e apresentação pessoal;
- 4.1.6.2. Prevenções das causas de acidente de trabalho, consequências dos acidentes de trabalho e comunicação do acidente de trabalho;
- 4.1.6.3. Uso consciente de água, energia elétrica e material de expediente;
- 4.1.6.4. Conhecimento das características do imóvel e da instituição, principalmente em relação aos membros, servidores e o público em geral, bem como, dos horários e regras pertinentes ao órgão;
- 4.1.6.5. Sigilo das informações;
- 4.1.6.6. Uso consciente dos recursos colocados à disposição pela Administração, pois os mesmos variam de acordo com o serviço a ser executado.
- 4.1.7. O serviço deverá ser executado de forma aceitável, inclusive no tocante ao asseio e conservação dos ambientes internos da copa, os quais terão de ser mantidos sempre com boa aparência e dentro dos padrões da Secretaria Nacional de Serviços Penais.
- 4.1.8. O quantitativo total de pessoal que integrará diariamente a equipe nunca será inferior ou superior ao estipulado, cabendo à CONTRATADA a substituição imediata de qualquer pessoa que venha a faltar ou ausentar-se durante o expediente.

4.2. Definição do perfil da força de trabalho

- 4.2.1. As atividades visam a obter as condições adequadas de bem estar do local de trabalho bem como manutenção do patrimônio público, com o fornecimento de mão de obra, materiais e utensílios em conformidade com os requisitos e condições previamente estabelecidos no termo de referência das unidades da Secretaria Nacional de Serviços Penais.
- 4.2.2. Conforme os Contratos Anteriores a formação escolar, competências técnicas e competências comportamentais mínimas, são:

SERVIÇO DE COPEIRO - CBO 5134-25

#### 4.2.2.1. Descrição sumária:

- Preparar o café e demais produtos no período da manhã e da tarde; abastecer pelo menos 02 (duas) vezes em cada período – manhã e tarde – com café e/ou chás de infusão, as garrafas térmicas situadas nos postos sob sua responsabilidade;
- Dispor água potável em bebedouros responsabilizando-se pelo serviço de limpeza e higienização dos mesmos;
- Dispor café e/ou chás de infusão e água em copos descartáveis ou a critério do órgão, em reuniões quando solicitados pela Administração;
- Manter estoque mínimo de material para uso diário; observar as normas de comportamento profissional, da boa educação, de postura, e apresentação individual, se apresentando pronto para o serviço pontualmente, com uniforme lavado, passado e limpo, bem como unhas limpas e cortadas, cabelos presos em coque com rede e limpos se funcionária, e em sendo funcionário, cabelo e /ou barba deve se adequar ao estilo convencional apropriado a um ambiente profissional;
- Comunicar ao encarregado da empresa todo acontecimento entendido como irregular.

#### 4.2.2.2. Qualificação mínima exigida:

- Formação Escolar: Ensino fundamental completo;
- Pelo menos um ano de experiência na ocupação ou em ocupações semelhantes;
- Os serviços serão executados de forma contínua e ininterrupta nos postos, horários e jornadas especificados;
- Competências Comportamentais: disciplina e sigilo; habilidade de relacionamento; trabalho em equipe; iniciativa; dinamismo; auto-organização no trabalho; responsabilidade; adaptabilidade; atenção; cordialidade e simpatia no trato com o público; cooperação; assiduidade e pontualidade.

#### 4.2.2.3. Tarefas Básicas:

- Preparar água, chá, café e demais bebidas;
- Recolher xícaras, copos, garrafas térmicas, jarras e demais utensílios, durante o expediente da Unidade Penal Federal;
- Lavar e higienizar os equipamentos e dependências das copas;
- Garantir diariamente a limpeza das geladeiras e demais equipamentos da copa/cozinha e semanalmente a faxina integral de toda a copa, inclusive com a lavagem da geladeira e demais utensílios, preferencialmente às segundas-feiras pela manhã;
- Zelar pelo funcionamento dos equipamentos colocados à disposição de seus funcionários, sempre comunicando, de imediato, qualquer dificuldade, defeito ou estrago que venham a impedir o bom andamento das atividades.

4.2.3. O perfil e atribuições do posto de serviço foi definido a partir dos resultados de análises à necessidade da Penitenciária Federal em Mossoró/RN, considerando a complexidade dos trabalhos executados.

4.2.4. A qualificação dos profissional indicado pela Contratada será verificada quando do início da efetiva prestação dos serviços.

### 4.3. Jornada de Trabalho e Remuneração

4.3.1. Os serviços serão prestados nas dependências da Penitenciária Federal, entre 07h e 18h, de segunda a sexta-feira, respeitando os intervalos para repouso e alimentação indicados na Convenção Coletiva de trabalho da categoria, podendo ser alterado de acordo com a conveniência administrativa, e previamente notificado à CONTRATADA.

4.3.1.1. A jornada de trabalho será de 08 (oito) horas diárias e até 40h (quarenta) horas semanais e de até 200 (duzentos) horas mensais, nos termos do art. 7º, XIII da CF e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 190, DE 2024 - Anexo I (Relação de Serviços atualizada - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 381, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025).

4.3.2. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado, os horários predeterminados serão readequados.

4.3.2.1. Será estipulado o horário de trabalho de acordo com as necessidades da unidade prisional, atendidos os horários estabelecidos Neste Estudo Técnico Preliminar., desde que previamente acordados entre o Preposto e Gestor do Contrato e não contrarie a Convenção Coletiva de Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho.

4.3.3. Para a prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá colocar à disposição do Secretaria Nacional de Serviços Penais pessoal capacitado, devendo constar de sua Proposta seus respectivos quantitativos, por posto de serviço, para atender a Penitenciária Federal.

4.3.4. Para as remunerações mínimas dos postos de trabalho somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, nos termos do Decreto nº 12.174/2024.

### 4.4. Transporte sem linhas de ônibus regular

4.4.1. O município de Mossoró/RN não conta com transporte público coletivo de passageiros regular que atenda o trajeto por completo até à Penitenciária Federal em Mossoró/RN.

4.4.2. No que diz respeito a esse ponto específico, sugere-se que seja adotada a mesma solução já utilizada nas pretéritas contratações da Penitenciária Federal em Mossoró/RN.

4.4.3. Assim registrar no Termo de Referência a necessidade da empresa considerar esse custo (indireto) quando da elaboração da proposta comercial. Assim, considerando que a Planilha de Custos e Formação de Preços já existe um campo para um percentual de custos indiretos, entende-se, *s.m.j.*, que não há necessidade de incluir um campo específico para esse item no submódulo 2.3 Benefícios Mensais e Diários.

#### 4.5. Representante da pessoa jurídica a ser contratada

4.5.1 A prestadora deve indicar responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

#### 4.6. Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022

4.6.1. Em atendimento ao disposto no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, a presente contratação não é passível de classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo, uma vez que as informações aqui dispostas não se enquadram nas condições do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, de modo que o valor estimado máximo não será sigiloso.

## 5. Das vedações à participação

5.1. Em cumprimento à Lei nº 14.133/2021, apresentamos abaixo as justificativas quanto à não participação de consórcios, cooperativas, organizações sociais, sociedades estrangeiras, microempreendedores individuais, pessoas físicas e instituições sem fins lucrativos nesta licitação:

5.2. **Consórcios:** Não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso desta contratação. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

5.3. **Cooperativas:** Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnívelamento dos padrões de qualidade. Outrossim, está em consonância com o Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, aplicável também às licitações regidas pela Lei nº 14.133/2021, conforme entendimento do PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU.

5.4. **OSCIP e instituições sem fins lucrativos:** Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCUPlenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

5.5. **Pessoas Físicas:** Em atendimento ao art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021, justifica-se a impossibilidade de participação de pessoa física na licitação uma vez que esta contratação necessita que licitante tenha estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, sendo incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

5.6. **Microempreendedor Individual – MEI:** Justifica-se a impossibilidade de participação de Microempreendedor Individual – MEI tendo em vista que esta contratação se trata de modalidade de cessão ou locação de mão de obra, sendo vedada a execução de tais atividades por tais empresas, nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. A Secretária Nacional de Políticas Penais tem em seu quadro apenas Policiais Penais Federais, Especialistas em Assistência Penitenciária e Técnicos em Apoio à Assistência Penitenciária, necessitando assim da contratação em tela.

6.2. Tratando-se de uma excepcionalidade, prevista no art. 15 da Instrução Normativa nº 5 de 05 de maio de 2017, informamos que o perfil dos serviços demandados é de prestação continuada e difusa em suas ações, dificilmente mensuráveis de uma forma objetiva e direta que venha a permitir a contratação por produto ou resultado.

*"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."*

6.3. O serviço dessa espécie pressupõem a disponibilização de força de trabalho, com dedicação integral. Dessa forma, a melhor alternativa à Administração é a contratação e remuneração por postos de trabalho.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. Os serviços deverão ser prestados dentro da rotina e dos parâmetros estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicável.

7.2. Todos os profissionais deverão comportar-se diariamente durante a execução do serviço conforme as características a seguir:

- Demonstrar competências pessoais;
- Manter-se disciplinado;
- Cuidar da aparência e higiene pessoal;
- Demonstrar cordialidade e urbanidade;
- Contornar situações adversas;
- Cultivar ética profissional;
- Manter-se dinâmico;
- Demonstrar educação e paciência;
- Responsabilidade;
- Cooperação;
- Adaptabilidade;
- Iniciativa;
- Bom relacional interpessoal;
- Assiduidade e pontualidade; e
- Discrição e sigilo.

7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e Administração Contratante vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.4. A contratada deverá observar os requisitos mínimos de cada posto de trabalho estabelecido em tópico próprio.

### 7.5. Benefícios Diretos e Indiretos que Resultarão da Constratação

7.5.1. O presente planejamento está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão. No mais, atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.

7.5.2. A Penitenciária Federal em Mossoró/RN necessita assegurar a continuidade da prestação de serviços continuados de Copeiragem (copeiro), com fornecimento de mão de obra e insumos, pois este serviço é imprescindível tendo em vista a necessidade efetiva de proporcionar o bem estar dos servidores, prestadores de serviços, advogados, visitantes e demais pessoas que frequentam a unidade prisional, contribuindo para a que as instalações da copa estejam em perfeitas condições de higiene e zelo do patrimônio público.

7.5.3. Garantir um espaço que proporcione bem estar aos servidores, prestadores de serviços, visitantes, advogados e autoridades que laboram ou utilizam o ambiente das Penitenciária Federais.

7.6.4. Garantir a continuidade dos serviços, na qual a interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos rotineiros no âmbito da unidade federal.

7.5.5. Fortalecer o princípio da economicidade.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A licitante pretende contratar um lote que engloba no mínimo 01 (um) posto (Copeiro) para atender a demanda da unidade prisional.

8.2. O quantitativo do posto de copeiro e o levantamento de quantitativo de materiais empregados para execução do serviço, foram definidos com base nas necessidades do órgão, observadas suas peculiaridades, bem como no histórico de utilização destes serviços através dos últimos contratos, que tiveram vigência de 60 (sessenta) meses, considerando o levantamento estimado de pessoas a serem atendidas pelas Unidades Prisionais, tanto de servidores como prestadores, terceirizados, advogados, visitantes e autoridades.

8.3. Quantidade de serviço a ser contratada:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	Nº POSTOS	ALOCACÃO

1	01	Serviços de Copeiragem ( SC ) + Insumos (I) Classificação CBO*: 5134-25	14397	1	Penitenciária Federal em Mossoró/RN  RN 015, km12, Rodovia Mossoró/Baraúna- Mossoró /RN - CEP: 59.600-970
---	----	--	-------	---	---

\*CBO (Código Brasileiro de Ocupação) - Ministério Trabalho e Emprego

Descrição	Valor (R\$)
1	Valor anual dos Serviços de Copeiragem (SC) + Insumos (I)

SC: Serviços de Copeiragem

I: Insumos

#### 8.4. Materiais a serem disponibilizados

8.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais (insumos), nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, assim sendo:

8.4.2. Insumos - Itens fornecidos, consumidos e pagos pela contratante integralmente a cada mês;

INSUMOS				
Item	Especificação	Unidade de Fornecimento	Quantidade mensal estimada	Quantidade anual estimada
01	Açúcar Cristal, de origem vegetal: sacarose de cana-de-açúcar, peso líquido 01 kg em pacote de plástico resistente branco ou transparente, hermeticamente fechado, contendo registro do Ministério da Saúde, informações sobre o produto e prazo de validade;	Kg	60	720
02	Adoçante líquido dietético, de qualidade superior, com aspartame ou sucralose ou sacarina sódica ou steviosídeos, cada unidade contendo 65 ml;	Unidade	02	24
03	Água Sanitária 1L, solução aquosa a base de hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo entre 2,0% e 5,5% p.p., durante o prazo de validade de no máximo 06 meses, embalada conforme NBR 13390; rótulo contendo: nome do produto; modo de usar , cuidados com a conservação; limitações de uso, princípio ativo, volume líquido, precauções em caso de acidentes; número do lote, data de fabricação, prazo de validade; registro no Ministério da Saúde; químico responsável e seu registro do CRQ;	Litros	02	24
	Café tipo exportação, categoria superior, em pó, torrado e moído, constituído de grãos tipo 6 COB, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos, pretos, verdes e ou ardidos (PVA) e ausente de grãos preto-verdes e fermentados, gosto predominante de café arábica, com			

04	classificação de bebida Mole a Rio, isento de gosto Rio Zona. Ponto de Torra: numa faixa de moderadamente clara (Agtron /SCAA #75) a moderadamente escura (Agtron /SCAA #45), evitando cafés com pontos de torra muito escuros. Embalagem: metalizada a vácuo ou com atmosfera inerte e ausência de luz no produto. Embalagem de 250g;	embalagem de 250 gramas (g)	350	4.200
05	Chá de diversos sabores (Mate, Preto, Erva-doce, Cidreira, Cítrico, Boldo, Silvestre, Hortelã, Camomila, Pêssego, Morango, etc) em caixas contendo 10 (dez) unidades de 20 (vinte) gramas cada;	Caixa	24	288
06	Copo plástico, descartável, poliestireno, não tóxico, com capacidade de 50ml, conforme NBR 14865:2002 do IMETRO, unidades;	Unidade	1.000	12.000
07	Copo plástico, descartável, poliestireno, não tóxico, com capacidade de 180ml, conforme NBR 14865:2002 do IMETRO, unidades;	Unidade	15.000	180.000
08	Detergente, líquido biodegradável, para remoção de gordura de louças, talheres e panelas, natural, contém tensoativo biodegradável, embalagem plástica, contendo 05 (cinco) frascos com 500 ml, rótulo com validade de no mínimo 12 (doze) meses, procedência;	Unidade	10	120
09	Esponja, espuma, fibra sintética, retangular, anatômica, média, limpeza geral, uma face macia e outra áspera, unidades;	Unidade	12	144
10	Lã de aço; pacote 60g com 08 unidades;	Pacote	1	12
11	Pano de prato, algodão cru, medida 60x40, na cor branca, absorvente, lavável e durável, unidade;	Unidade	2	24
12	Pano de chão, 100% algodão, medida 30x48 cm, alto grau de absorção, sem desprendimento de partícula, para limpeza de bancada, equipamento, peças, acessórios;	Unidade	2	24
13	Sabão em barra; Composição: tensoativo, aniônico, alcalizantes, fosfatos, sais inorgânicos, branqueador óptico, perfume, pigmento, enzimas e água. Com registro no M.S;	Unidade	2	24
14	Sabão em pó, limpeza geral, alvejante, biodegradável, embalagem caixa de 1,00 (um) quilo;	Kg	1	12
15	Saco plástico de lixo, preto, liso, super resistente, para coleta de diversos resíduos inservíveis, embalagem asséptica, de 100 (cem) litros. Unidades;	Unidade	100	1.200
16	Limpador Multiuso; líquido desengordurante - Composição: lauril éter sulfato de sódio, ácido cítrico, álcool graxo etoxilado, éter -glicolico, água e perfume – frasco com 500 ml	Unidade	3	36
17	Cappuccino, do tipo tradicional fornecido em embalagens de 400 gramas; o produto deve ter aparência de pó, com registro no Ministério da Saúde, contendo informações sobre o produto e prazo de validade.	Unidade	10	120
18	Leite em Pó Integral embalagem 1kg;	Kg	12	144

19	Água mineral Natural vasilhame – garrafão de 20 litros – recarga com água	Unidade	Até 450 conforme demanda	5.400
20	Biscoito doce do tipo rosquinha a base de farinha de trigo, tradicional ou sabores diversos. Sem características de biscoitos ou bolachas malcozidas, queimadas, ou de caracteres organolépticos anormais. Não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito – até 10% de biscoitos quebrados). Embalagem contendo peso líquido de pelo menos 350g.	Unidade	50	600
21	Biscoito salgado, tipo Cream Cracker tradicional. Sem características de biscoitos ou bolachas malcozidas, queimadas, ou de caracteres organolépticos anormais. Não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito – até 10% de biscoitos quebrados). Embalagem: 3x1, Saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, contendo peso líquido de pelo menos 350g.	Unidade	100	1.200
22	Biscoito doce, do tipo maisena ou do tipo Maria, a base de farinha de trigo, tradicional ou amanteigado. Sem características de biscoitos ou bolachas malcozidas, queimadas, ou de caracteres organolépticos anormais. Não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebrados (percentual máximo aceito – até 10% de biscoitos quebrados). Embalagem: 3x1, Saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, contendo peso líquido de pelo menos 350g.	Unidade	50	600
* Os insumos acima serão fornecidos semanalmente ou conforme demanda da unidade para itens específicos acima detalhados;				

#### 8.5. Dos uniformes:

8.5.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

8.5.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, que garantam o conforto, a durabilidade e uma boa vestimenta.

8.5.3. A vestimenta não deverá conter transparência.

8.5.4. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

	Jogo de uniformes padrão	Entrega no início da execução do contrato	Entrega semestral
COPEIRAGEM	<b><u>Feminino</u></b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Calça Tipo Social</li> <li>2. Camisa de botão - Tipo Social</li> <li>3. Blusa com gola polo</li> <li>4. Avental de corpo</li> <li>5. Sapato social</li> <li>6. Par de meias</li> </ol>	03 conjuntos / jogo	01 conjunto / jogo
	<b><u>Masculino</u></b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Calça Tipo Social</li> <li>2. Camisa de botão - Tipo Social</li> <li>3. Blusa com gola polo</li> <li>4. Avental de corpo</li> </ol>		



	5. Sapato social		
	6. Par de meias		
* Em qualquer caso deverão ser fornecidos uniformes adaptados ao clima de cada região, sendo acrescentado, quando necessário o fornecimento, no jogo de uniformes padrão.			
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS PEÇAS			
CAMISA DE BOTÃO - Tipo Social	Camisa de botão com logomarca da empresa bordada em local adequado e visível.		
BLUSA COM GOLA POLO	De Tecido adequado ao modelo, com botões, adaptado para ambos os sexos.		
CALÇA TIPO SOCIAL	Calça social padrão (ambos os sexos).		
SAPATO SOCIAL	Sapato social, sem salto, fechado, em pelica ou couro, solado antiderrapante.		
<p>- CORES: A touca e os aventais deverão ser de cor BRANCA. Os sapatos e os cintos deverão ser de cor PRETA. Eventual fornecimento (sem custos) de terno ou blazer poderá ser autorizado pela contratada, obrigatoriamente na cor PRETA. As demais peças do uniforme terão suas cores definidas pela Contratada, respeitada a proibição das cores <u>azul claro em qualquer tom, preto e branco e qualquer fluorescência</u>.</p> <p>- TECIDOS: Os tecidos deverão ser laváveis, transpiráveis, resistentes, não transparentes, com boa solidez ao cloro, resistentes ao desbote e baixo percentual de encolhimento.</p> <p>- LOGOTIPO: Todos os uniformes deverão conter o logotipo da empresa, o qual deverá guardar harmonia com a discrição e a boa estética.</p>			

8.5.5. É de responsabilidade da contrata o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

8.5.6. Caberá à CONTRATADA orientar seus empregados quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual, bem como tornar seu uso obrigatório.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor da contratação por licitação será confirmado por pesquisa de mercado, em estrita observância aos normativos legais vigentes. Essa etapa é fundamental para assegurar a economicidade e a conformidade do preço com os valores praticados no mercado, garantindo a probidade na aplicação dos recursos públicos.

9.2. Atualmente o contrato em vigor Extrato Publicação - Contrato nº 01/2024 (Termo Aditivo 30167979), é no Valor Total: R\$ 121.320,96 (cento e vinte e um mil trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos).

### 9.3. Solução 1: Contratação de serviço de Copeiragem com fornecimento de materiais incluso.

9.3.1. **Descrição:** Este tipo de aquisição engloba juntamente com a mão de obra contratada os materiais inerentes a execução dos serviços, além disso a metodologia de apuração dos valores do posto com o fornecimento dos materiais. Modelo já difundido no mercado e utilizado por vários entes da Administração, como a Advogacia Geral da União, Estado do Amapá - PE nº 30/2019; Agência Nacional de Aviação Civil, São Paulo - PE nº 12/2019.

### 9.4. Solução 2: Contratação de Copeiragem sem a inclusão de materiais.

9.4.1. **Descrição:** Nesta modalidade para aquisição dos materiais e utensílios teríamos que realizar uma segunda licitação e a cada ano teríamos que realizar um certame para abastecimento ou reposição dos materiais/insumos. Considerando o RELATÓRIO TÉCNICO 12º - CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS (Maio 2007) - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que o custo para realização de um Pregão Eletrônico é por volta de R\$ 20.698,00 e de um Pregão (SRP) é R\$ 32.187,00 (modalidades indicadas para este tipo de objeto), realizar uma licitação única e exclusivamente para aquisição de materiais seria economicamente inviável, não obstante, isso pode gerar riscos como: atrasos de entregas, falta de produtos ou algum item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento.

## 9.5. Analise das alternativas existentes e justificativa de escolha:

9.5.1. Ao observar as soluções acima, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1, pois, mostra-se mais interessante, uma vez, que atende as determinações legais, assim mostrando-se a opção mais econômica.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O objeto a ser licitado foi agrupado por meio de lote único, com vistas a manter a padronização dos serviços a serem executados e uma melhor gestão futura do contrato originário deste processo licitatório. A possibilidade de se contratar por meio de itens separados inviabilizaria uma gestão adequada, ferindo o Princípio Constitucional da Eficiência, uma vez que haveria a possibilidade de surgimento de vários contratos, tornando inviável um controle adequado dos mesmos, devido ao reduzido quadro de servidores.

10.2. A finalidade do serviço de cada unidade demandante também poderia ficar prejudicada, tendo em vista que as Unidades demandantes deste tipo de serviço necessitam desse como forma imprescindível para a execução de suas atividades. A necessidade deste agrupamento se justifica, ainda, devido ao fato de o gerenciamento centralizado possibilitar maior agilidade na tomada de decisão, maior adesão e competitividade ao certame por parte do mercado especializado, resguardando a Administração Pública.

10.3. Evita-se assim a perda do procedimento licitatório por total desinteresse do mercado, haja vista o baixo quantitativo apresentado para atender determinadas secretarias, evitando assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda, pois a sinergia resultante da contratação de um único fornecedor oferece a melhor relação custo-benefício para o SENAPPEN/MJ como um todo.

10.4. No diapasão da segurança, o ingresso de empresas diferentes numa unidade de segurança máxima andaria na contramão dos objetivos institucionais e excelência demonstrados pelo Sistema Penitenciário Federal (SPF).

10.5. Há de se considerar que o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

10.6. Colabora para este entendimento o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara, onde informa que “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”. Neste entendimento o relator enfatiza que a economicidade deve ser observada durante a licitação, como também durante a atividade administrativa para sua formalização, conforme pode ser constatado no texto abaixo extraído do Acórdão supracitado:

*"[...]*

*6. “Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade. No caso concreto que se examina, a adjudicação por itens, nos termos defendidos pela representante, implicaria na necessidade de publicação de 415 Atas de Registro de Preços diferentes, com indubitável custo administrativo para sua formalização, publicação e gerenciamento. A divisão do objeto em lotes, na forma realizada, deverá resultar na publicação de apenas 15 Atas de Registro de Preços, conforme informou o Pregoeiro”.*

*7. “Assim, e considerando que os lotes são compostos por itens de uma mesma natureza, não vislumbro qualquer irregularidade...” .*

10.7. O entendimento exarado no Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, do relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, defende que é legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Como recomendação do TCU, nos autos do acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário, trata especificamente sobre o objeto da presente contratação, vejamos:

*"[...]*

*9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;" (grifo nosso).*

10.8. Da mesma forma é indiscutível que na atual conjuntura administrativa que vincula o poder público, a busca pela economicidade.

10.9. Essa nova percepção da Administração vem ganhando contorno de relevância, até porque, como está expressamente previsto no art. 70 da CF/88, tal princípio busca a promoção dos resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

10.10. Conforme o exposto, agrupando-se os itens em lote, afasta-se a figura da inviabilidade de competição, pois os agrupamentos consideram objetos de mesma natureza, que guardam relação entre si e são fornecidos por um vasto rol de empresas que atuam no ramo de mercado, correspondente. Não obstante, no caso de formação por Lote, poderá o fornecedor ofertar valores menores uma vez que seus custos com frete e estoque poderão ser diluídos entre vários itens do Lote, colaborando para a economicidade da aquisição.

10.11. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada em itens, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes que impliquem na necessidade de observância de requisitos adicionais ou de tratamento conjunto, conforme exigido pelos normativos legais aplicáveis.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Por tratar-se de serviço essencial, a contratação em comento se alinha aos planos da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

12.2. Alinhamento com planos instituídos pelo órgão:

12.2.1. Necessidade da contratação: considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas do órgão.

12.2.2. Explicitação da motivação e demonstrativo de resultados a serem alcançados com a contratação.

Objetivo Estratégico do Órgão:	Promover a modernização do sistema prisional
Política Pública Vinculada:	Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário Eixo - Penitenciárias Federais
Processo da Cadeia de Valor vinculada:	Gerir o Sistema Penitenciário Federal
Projeto Estratégico Vinculada:	Não possui
Indicador Estratégico Vinculado:	Não possui
Ação Orçamentária Vincula:	21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional 0004 - Administração do Sistema Penitenciário

12.3. O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é vital para o alcance de resultados efetivos para a organização assim como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como um aliado da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

12.4. *Acórdão 1.521/2003-TCU-Plenário: a licitação deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor do Departamento Penitenciário Nacional, em que fique precisamente definido, dentro dos limites exigidos na Lei nº 8.666/93, os produtos a serem adquiridos, sua quantidade e o prazo para entrega das parcelas, se houver entrega parcelada;*

## 13. Resultados Pretendidos

13.1. Ganho de eficiência e celeridade nos processos administrativos, bem como otimização de recursos humanos, focado na atividade fim.

13.2. Especialização das atividades finalísticas.

13.3. Atendimento adequado e especializado a ser realizado por empresa que atua no ramo de prestação de serviços de Copeiragem.

13.5. Otimização da forma de trabalho tanto no que tange a gestão quanto a fiscalização de contratos.

13.6. Atendimentos a todos os preceitos legais vigentes.

13.7. Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da Contratada que possa gerar desgastes ou custos para Administração.

13.8. Integração e harmonia entre os terceirizados, por se tratar todos da mesma empresa.

13.9. Economia de escala ao colocar os itens da licitação em lote, visando a contratação de uma só empresa.

13.11. Evitar o custo com contratação direta ou com remoção de servidores.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não há providências prévias a serem tomadas para a consecução da presente medida ou processo, em conformidade com os normativos legais aplicáveis.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, a Lei 14.133/2021 e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, bem como do Decreto nº 7746/2012:

15.1.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, por parte de seus empregados;

15.1.2. Receber, do CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

15.1.3. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo CONTRATANTE;

15.1.4. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas;

15.1.5. Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela CONTRATANTE.

15.2. As empresas contratadas devem proceder a campanhas internas de conscientização dos riscos e das medidas de prevenção para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, ou outra que venha surgir, observadas as diretrizes da Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

16.1.1. Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares da Penitenciária Federal em Mossoró/RN, devido a regular manutenção do fornecimento de serviços de Copeiragem na Unidade Prisional.

16.1.2. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma contratação viável.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 1291 (33214186)

**ERBSON EIDER SANTOS SIMEAO**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1291 (33214186)

**YURI RAFAEL DE OLIVEIRA SILVA**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1291 (33214186)

**ANDREI RICARDO MORAIS AVILA**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1291 (33214186)

**RALPH ALMEIDA DE OLIVEIRA**

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1291 (33214186)

**RODERICK ORDAKOWSKI**

Autoridade competente